

BALCÃO VIRTUAL DE ATENDIMENTO JURÍDICO A FAMILIARES DE PESSOAS PRESAS: UMA VIA DE ACESSO À JUSTIÇA E AOS DIREITOS NA EXECUÇÃO PENAL

VIVIAN DINIZ DE CARVALHO¹; TAINÁ VIANA²; MARIANA ZORZI MAINO³;
MARIANA DANTAS DE OLIVEIRA SILVA⁴; RAFAELA BELTRAMI MOREIRA⁵;
BRUNO ROTTA ALMEIDA⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – carvalhovivian99@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – vianathay@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – mari_zorzi@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – dantasmDOS@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – rafaela.bmoreira@hotmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – bruno.ralm@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Segundo SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO (2016) a prática profissional com interação direta com a comunidade possibilita, de modo geral, a conversação de conhecimentos e formação de novos saberes para solucionar problemáticas, viabilizando a estruturação do aprendizado e o aperfeiçoamento das habilidades profissionais e humanitárias. Visando à construção de profissionais críticos e humanizados, o Balcão Virtual desenvolvido dentro das atividades da Clínica Jurídico-Penitenciária surgiu com uma perspectiva do fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão, e destina-se ao atendimento de pessoas em privação de liberdade e seus familiares, aliado à complementação do ensino e da aprendizagem dos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, como também de participantes externos (voluntários e profissionais) cadastrados no projeto de extensão, no âmbito das disciplinas Direito de Execução Penal (Faculdade de Direito) e Política, Penalidade e Exclusão Social (Programa de Pós-Graduação em Direito).

Para ALMEIDA (2019), a consagração de direitos fundamentais – como os princípios da dignidade e humanidade – ao status de norma constitucional não deu cabo ao caráter tirano do poder punitivo, ainda mais em um cenário como o brasileiro, no qual a aplicação sistemática do sofrimento cruel é nuclear ao sistema. Visando a atuar dentro do contexto em questão, em parceria com a Frente dos Coletivos Carcerários e a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, o Balcão Virtual tem como objetivo alcançar o público alvo dentro da execução penal de todo o Estado do Rio Grande do Sul da melhor forma possível. A Frente dos Coletivos Carcerários é uma associação civil, formada por familiares de pessoas presas e egressos do sistema carcerário, que objetiva atender dentro dos estabelecimentos prisionais de todo o Estado, com perspectiva central de dar protagonismo aos familiares dos apenados e egressos, fornecendo-lhes ferramentas para potencializar sua voz e direitos. Nesse sentido, dentro da parceria elaborada com os graduandos, mestrandos e demais profissionais atuantes no projeto, a Frente se encontra como intermediária entre as atividades do Balcão e os familiares, viabilizando a realização de atendimentos e esclarecimento de dúvidas de forma remota, acompanhamento processual e peticionamento.

ZAFFARONI (1991) defende a necessidade da construção de uma abordagem capaz de reduzir a vulnerabilidade, no intuito de tornar a prisão menos degradante, viabilizando que em uma ação conjunta, com a atuação comunitária,

seja possível fortalecer os indivíduos frente ao poder punitivo e a opressão do sistema penal. Assim, pela parceria estabelecida com a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, visa-se ao aprofundamento dos conhecimentos na área da Execução Penal, mediante a realização de atividades de acompanhamento processual, elaboração de petições, reuniões para discussões relacionados à temática, e demais ações necessárias ao desenvolvimento da prática forense, como audiências e reuniões acerca dos processos de execução criminal e demandas advindas dos atendimentos realizados com familiares das pessoas presas. Aliado às atividades de extensão, são realizadas ações de ensino e pesquisa, por meio de iniciação científica, grupo de estudos, seminários e debates, os quais têm como tema as questões atuais sobre prisões e execução de pena.

O projeto tem por metas a realização de assessoria jurídica em favor de pessoas privadas da liberdade e seus familiares; o incremento do acesso à justiça no âmbito do sistema prisional em benefício das pessoas presas e em situação de vulnerabilidade; o desempenho de ações sociais para a construção de uma concepção crítica das Ciências Criminais, notadamente a Execução Penal; o fomento do pensamento crítico na luta em defesa dos direitos humanos em ambientes prisionais; a realização de atividades acadêmicas (Congressos, Debates, Oficinas, Cursos e Palestras) voltadas à capacitação e formação de agentes qualificados e envolvidos com o compromisso social e os direitos humanos em ambientes prisionais; a conciliação da extensão com o ensino e a pesquisa, na tentativa de aprimorar a produção do conhecimento ao permitir a interação de diversos atores (estudantes de graduação e pós-graduação, voluntários, advogados e outros profissionais, defensores públicos, público-alvo, e sociedade); a realização de grupos de estudos e outras atividades de ensino sobre Execução Penal e Direitos Humanos, a fim de aprimorar as ações no âmbito do projeto de extensão; e a produção científico-acadêmica, como livros, artigos, resumos e relatórios sobre os resultados do projeto.

2. METODOLOGIA

O projeto do Balcão Virtual foi realizado por meio do método dedutivo, através da revisão bibliográfica, bem como consubstanciado nas diretrizes propostas pela Frente dos Coletivos Carcerários e pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Decorreu de uma reflexão e da seguinte problematização: “Como é possível promover uma assessoria jurídica eficiente à pessoas privadas de liberdade e seus familiares no sistema carcerário do Rio Grande do Sul?”. Levanta, assim, a possibilidade de ver cumprida a função social das Instituições de Ensino Superior, na medida em que a academia devolve à sociedade o investimento público em forma de serviços socialmente referenciados e com tratamento e assistência jurídica humanizada às pessoas em privação de liberdade e seus familiares, do mesmo modo que por meio das Comissões compostas por familiares de presos e egressos do sistema prisional, é possível constatar a contribuição desses para o acesso aos direitos e à justiça, propriamente dita, pelas pessoas em privação de liberdade. É através de tais Comissões, em parceria com a atividade extensionista, que se convive com o público-alvo de forma horizontal para que seja possível oportunizar a escuta destas pessoas.

Por se tratar de um projeto de extensão cujo plano de trabalho está em andamento, os resultados ainda estão em aberto, tendo em vista que a execução está recém iniciada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho possibilita a aproximação dos estudantes de graduação e pós-graduação com a realidade das pessoas presas e seus familiares, promovendo a interdisciplinaridade entre teoria e prática através do desenvolvimento de Balcão Virtual de atendimento a familiares de pessoas presas. O projeto proporciona à comunidade acadêmica a análise de situações concretas por meio do atendimento a familiares de pessoas encarceradas, associado a atividades de pesquisa teórica, promovendo, assim, uma ampliação do conhecimento sobre execução penal, penalidade e vulnerabilidade social.

A importância do projeto em comento reside na efetivação do papel da Universidade dentro da sociedade, ao passo que as Instituições de Ensino Superior são capazes de devolver o investimento público em forma de serviços socialmente referenciados e com tratamento humanizado das pessoas em privação de liberdade e seus familiares. Abordando a integração social, VANNUCHI (2004) aponta para a relevância da receptividade da Universidade para a comunidade, possibilitando a inserção de saberes sociais dentro da academia. Ainda, há a preocupação de fazer com que, nas atividades, as e os extensionistas possam conviver com o público-alvo de forma horizontal e que seja possível, assim, oportunizar a escuta destas pessoas que costumeiramente são silenciadas pelo sistema penal, entretanto, tem muito a contribuir, sobretudo oferecendo sua visão “de dentro”. Dessa forma, através do diálogo na atividade extensionista, construir conhecimento alinhado com o saber popular e com relevância social.

Dessa forma, será possível examinar as dificuldades de acesso aos direitos e à justiça enfrentadas pelas pessoas em situação de privação de liberdade e por seus familiares. Permitirá, inclusive, analisar a atuação da Frente dos Coletivos Carcerários, a qual é composta por Comissões locais organizadas pelos(as) familiares de pessoas encarceradas, assim como por egressos do sistema prisional.

Com efeito, a atuação dos personagens da justiça, principalmente dos advogados, é essencial – senão indispensável – para garantir o acesso efetivo à justiça, principalmente àqueles que não possuem condições de custeá-la; os métodos para promover a assistência judiciária se apresentam como vitais (CAPPELLETTI; GARTH, 1988). Nesse contexto, as dores do encarceramento, por sua própria natureza, implicam restrições referentes à limitação de espaço, impossibilidade de deslocamento, impossibilidade de convívio familiar e social, além de sujeição a condições sanitárias e alimentares precárias, de forma que os familiares das pessoas encarceradas acabam suprindo algumas falhas do fornecimento estatal juntamente a voluntários. Providenciam comida, vestimentas, roupas de cama, produtos de higiene, além de serviços legais e médicos (DARKE; KARAM, 2016). Assim, com a consolidação do projeto, as pessoas em privação de liberdade e seus familiares serão beneficiados, principalmente, pela colaboração da Universidade Federal de Pelotas para a efetivação dos direitos e do acesso à justiça das pessoas encarceradas por meio do desenvolvimento de Balcão Virtual de atendimento a familiares de pessoas presas.

A principal contribuição aos estudantes de graduação e pós-graduação participantes do projeto é a oportunidade a eles conferida para ampliarem seus conhecimentos através de uma atividade que envolve a interação da teoria com a prática, mediante a cooperação entre academia e os familiares de pessoas encarceradas para a efetivação dos direitos e do acesso à justiça dos mesmos. Ainda, como resultados esperados, pretende-se alcançar a promoção de direitos e

acesso à justiça das pessoas encarceradas e seus familiares, através do desenvolvimento de Balcão Virtual de atendimento a familiares de pessoas presas; ampliar a formação dos estudantes de graduação e pós-graduação, por meio do acompanhamento e análise de situações concretas com o atendimento de familiares de pessoas em situação de privação de liberdade; promover conhecimento através da pesquisa; e realizar ações sociais sobre o tema, tais como Debates, Oficinas e Palestras, com a participação de estudantes, docentes, voluntários e profissionais.

4. CONCLUSÕES

O desenvolvimento da atividade extensionista no Balcão Virtual intenta, através da parceria com a Frente dos Coletivos Carcerários e a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, contribuir com a comunidade local e produzir importantes acúmulos para a transformação democrática do cenário penitenciário e para o respeito aos direitos humanos e fundamentais das pessoas apenadas. A extensão universitária é, portanto, meio importante de desenvolvimento acadêmico das e dos estudantes, na medida em que o aprendizado acontece de forma prática e em colaboração com a comunidade. Portanto, como principais saldos, podemos destacar a prestação devolutiva produzida pela academia em forma de serviço público e socialmente referenciado que contribui com os laços da comunidade local e valoriza a participação popular; o crescimento acadêmico e enriquecimento humano das e dos estudantes; além da valorização de um espaço de escuta e valorização das pessoas apenadas e suas famílias.

Assim, o Balcão Virtual coloca-se como uma possibilidade de lugar de escuta e aconselhamento sobre direitos das pessoas apenadas e suas famílias, na medida em que também intenta contribuir com o fortalecimento de uma comunidade acadêmica mais humanizada e socialmente referenciada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Bruno Rota. Prisão e desumanidade no Brasil: uma crítica baseada na história do presente. **Revista da Faculdade de Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 74, pp. 43-63, jan./jun. 2019. Acessado em: 14 ago. 2022. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/2026>.

CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

DARKE, S.; KARAM, M.L. Latin American Prisons. In: BENNETT, J.; CREWE, B.; JEWKES, Y. (Orgs.) **Handbook on Prisons**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

SANTOS, J.H.S.; ROCHA, B.F.; PASSAGLIO, K.T. Extensão Universitária e formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016. Acessado em: 16 ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087/pdf>.

VANNUCCHI, A. **A Universidade comunitária: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2004.

ZAFFARONI, R. **A Filosofia do Sistema Penitenciário**. Buenos Aires: Cuadernos de la Cárcel. 1991.